

Nem
presa
nem
morta

Futuro do cuidado

Justiça Reprodutiva em
Tempos de Pandemia

boletim número
3

Fevereiro / 21

editorial

Lançamos a terceira edição do Boletim Futuro do Cuidado no rastro do Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), inspiradas na luta das pessoas trans por justiça, dignidade e democracia.

Nesse número estão apontadas urgentes demandas de mulheres e meninas cis e trans, homens trans e todas as pessoas que gestam, demandas que dizem respeito à efetivação de direitos fundamentais, à participação cidadã e à realização da justiça social.

Atravessamos um momento histórico de aprofundamento das desigualdades estruturadas no racismo patriarcal cis heteronormativo, com práticas institucionais fascistas, negacionistas e, portanto, antidemocráticas, em plena pandemia da Covid-19. Necessidades de meninas e mulheres vêm sendo ignoradas pelo Governo Federal, que dificulta o acesso a informações e cuidados básicos, como contracepção e cuidado de pessoas gestantes e puérperas infectadas pelo coronavírus, bem como empurra outras tantas mulheres e meninas para a clandestinidade, com sequelas e até morte por aborto inseguro. Esta situação não se descola de um quadro mais amplo de injustiças e gestão pública perversa e irresponsável. Citamos o abandono da população amazonense torturada por asfixia pela falta de oxigênio (inclusive bebês em UTIs neonatal), o desaparecimento de crianças negras na Baixada Fluminense, o assassinato de pessoas negras nas favelas, nos quilombos, nas terras indígenas, nas ruas e nas prisões.

Uma política de morte se impõe no país, pela atuação do atual presidente, seus ministros, de forças institucionais coniventes no legislativo, judiciário e demais entes federativos, assim como de elites privadas. Nesse âmbito perverso, a retórica de defesa da vida se torna cada vez mais vazia diante da ausência de políticas para diminuição do risco social durante a pandemia. E também diante do grave quadro de violência política contra defensoras de direitos humanos e parlamentares, em especial negras e/ou da população LGBTQIA+.

Mas essa difícil conjuntura não impede que sigamos organizadas e em luta. Este Boletim é expressão de tal convergência. Esperamos que seja não apenas uma fonte segura de dados e informações, mas que inspire, agende batalhas e convoque para que em breve possamos celebrar, como as hermanas argentinas

– que aliás já estão enfrentando ameaças ao direito conquistado de que cada mulher e pessoa gestante possa decidir o futuro que quer para si e para as/os suas/seus.

Boa luta
Boa leitura!

NÃO SEREMOS INTERROMPIDAS!



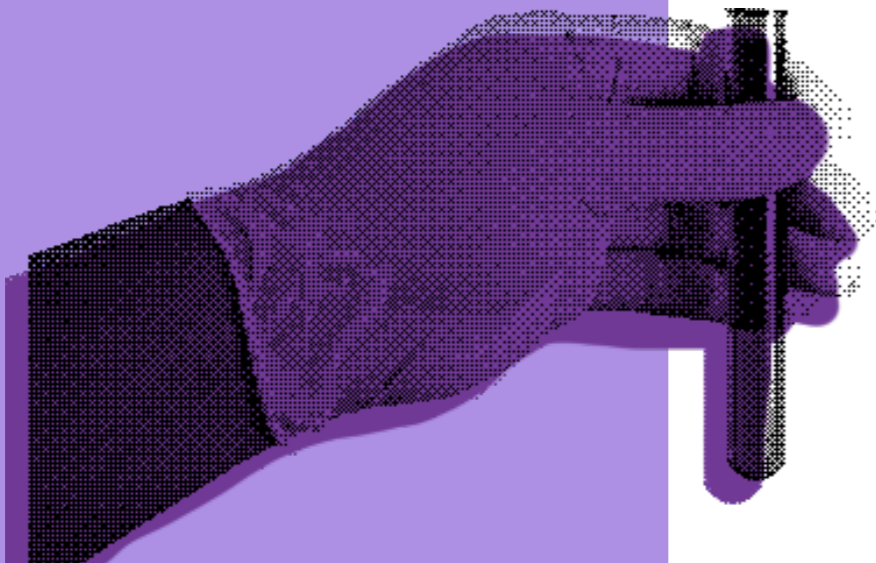
EXIGIMOS PROTEÇÃO

PARA PARLAMENTARES TRANS E NEGRAS

ENTRE EM AÇÃO AGORA!

Gravidez e Covid 19

Novas descobertas científicas



No dia 17 de janeiro a população brasileira começou a ser vacinada. Dada a escassez de vacinas, e de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19, as doses estão sendo aplicadas por etapas, seguindo uma ordem de grupos prioritários da população. Esta ordem determina que as primeiras doses sejam aplicadas nas pessoas idosas que vivem em asilos, indígenas que vivem em aldeias e profissionais de saúde que trabalham na linha de frente do cuidado. Há falhas no Plano Nacional e nos planos estaduais que estão sendo postos em prática, ao não incluírem grupos importantes como prioritários na primeira fase, como aconteceu em São Paulo, que excluiu a população quilombola.

Gestantes e puérperas [não estão na lista](#) do Plano Nacional, pois ainda existe falta de informações baseadas em evidências científicas a respeito de efeitos colaterais. No Brasil, a FEBRASGO emitiu [parecer](#) deixando a cargo de cada médica/o assistente avaliar, com suas clientes, a aplicação ou não da vacina contra a Covid-19.

novas descobertas científicas

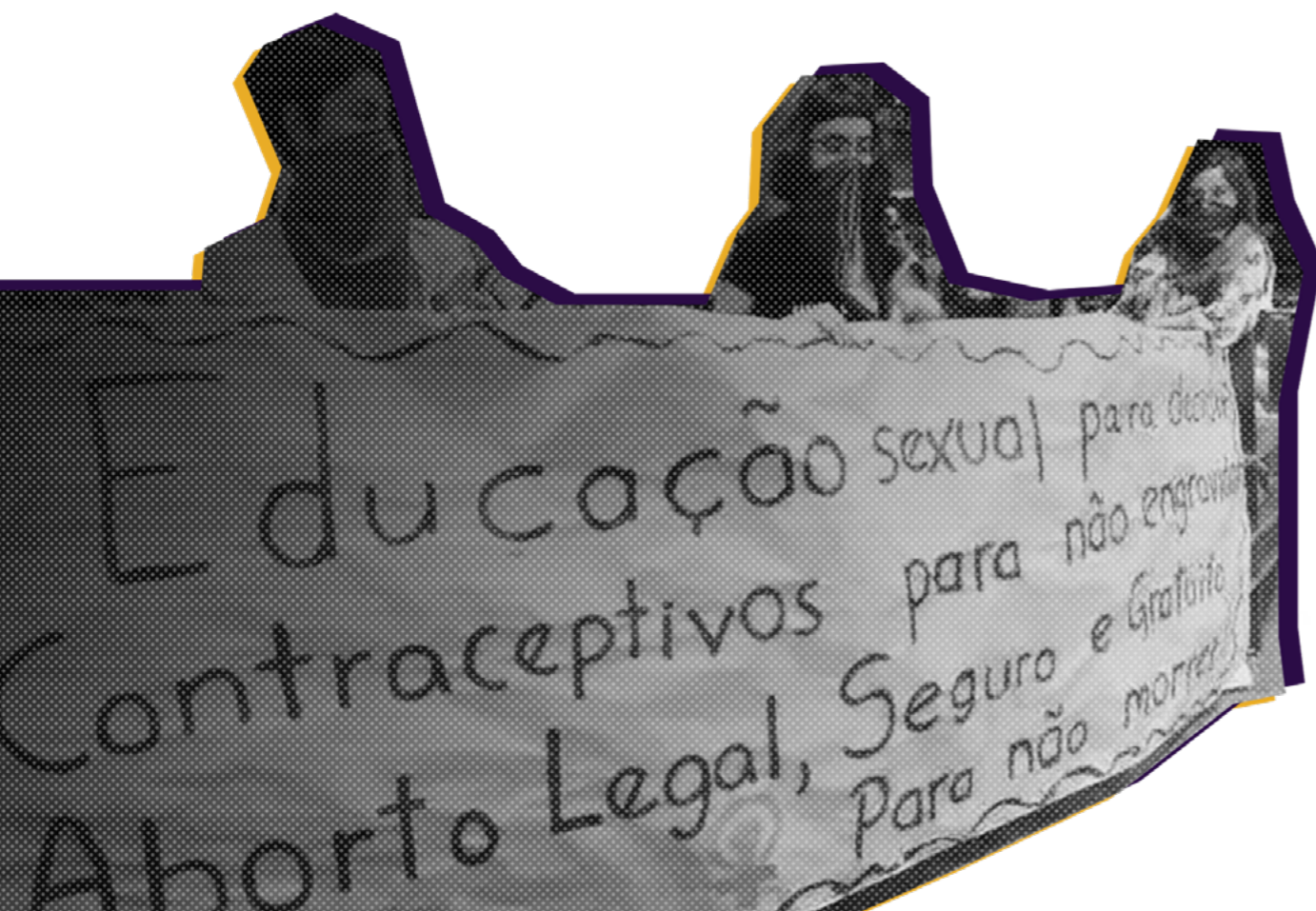
Grávidas e puérperas, no entanto, estão expostas a [maior risco de complicações](#), se contaminadas pelo vírus. Não à toa, o Ministério Público e a Procuradoria Geral do Trabalho emitiram [Nota Técnica](#) com recomendações para preservar a saúde da gestante trabalhadora. Elas estão no grupo de risco!

[A pesquisa online Mulheres Grávidas e Puérperas diante do Coronavírus](#), realizada entre julho e agosto de 2020 pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, entrevistou 2.753 mulheres (grávidas e/ou puérperas) de 18 a 44 anos, de todas as classes sociais e regiões do país. O resultado mostra que as inseguranças e dúvidas, comuns nesta fase, se multipli-

cam diante do medo de contaminação durante a gravidez. São temores pelo risco de perda de renda familiar ou individual, de diminuição da rede de apoio e incertezas sobre o pós-licença maternidade, para quem trabalha regulamentada. A pesquisa aponta que uma em cada três gestantes diminuiu as consultas e exames presenciais. Sobre os atendimentos, alegam não terem recebido qualquer orientação sobre a Covid-19.

Um [estudo produzido pela Anis - Instituto de Bioética](#), publicado em novembro de 2020, apresentou uma síntese do impacto da Covid-19 sobre grávidas e puérperas no Brasil, ressaltando a falta de ações concretas do governo para

protegê-las: “a demora na elaboração de protocolos, divulgação de informações e auxílio às mulheres no isolamento social durante a pandemia se somam à falta de insumos para o tratamento das mulheres infectadas, criando um cenário preocupante de altas taxas de mortalidade materna.” A publicação também atualiza dados: “Em julho, o Brasil foi responsável por 77% das mortes maternas por Covid-19 no mundo. No final de agosto, o Ministério da Saúde registrou 2.718 casos de Covid-19 em gestantes, dos quais 155 resultaram em morte. Entre as puérperas, 713 foram infectadas e 122 morreram.”



As orientações, até o momento, são de que as mulheres procurem evitar uma gravidez nesse período de incertezas e com as redes de assistência à saúde, seja pública ou privada, bastante comprometidas pela ameaça de contaminação. Contudo, é importante considerar que a realidade das mulheres brasileiras não facilita seguir esta recomendação.

Afinal, o que temos diante de nós é um país violento, de estrutura racista e patriarcal, com uma defasagem histórica nas políticas de educação e saúde sexual e reprodutiva, com acesso limitado a métodos contraceptivos e com o aborto criminalizado, sendo inúmeros os obstáculos para planejar a prole. Em plena pandemia, diante da ambiguidade das informações, da falta de orientações e protocolos e de ações de nível nacional, é importante estar cercada de informações confiáveis, antes de tomar qualquer decisão. Converse com seu/sua médica. Cuide-se!



Eleições 2020 escancaram violência de gênero

Giro pelo Brasil

No Brasil, são inúmeras as barreiras que as mulheres precisam superar, quando decidem atuar politicamente ocupando espaços públicos de poder. Nos processos eleitorais as pressões vão desde oferta de dinheiro para que retirem a candidatura ou para que se submetam a candidaturas laranja, passando por campanhas de difamação ou acusações de incompetência para atuar na esfera política, pelo fato de serem mulheres. Quando eleitas, permanecem os recorrentes ataques voltados ao corpo, com o uso de elementos de conotação sexual nas agressões, reforçando estereótipos de gênero, raça e classe. Sem falar nas ameaças à integridade física, das próprias personalidades políticas, como de suas famílias.

A campanha eleitoral de 2020 foi eivada de episódios dessa natureza. Este Giro pelo Brasil traz breve panorama dessa triste realidade bem relatada no MonitorA, estudo da Revista AzMina, Instituto Update e InternetLab, que registrou episódios em diversos estados, como Minas Gerais e Espírito Santo, e mostrou que no Pará a violência política de gênero extrapolou as redes sociais, com cenas de tiros e violência nas ruas. Uma [enquete feita pelo Estadão](#) cujos dados foram sintetizados pelo [Universa/ UOL](#), mostra que das 58 mulheres

GIRO PELO BRASIL

que concorreram a prefeituras nas capitais, ao menos 75% disseram ter sofrido violência política de gênero. Contra a esquerda ou a direita, a misoginia se expressa: candidata à prefeitura de Porto Alegre/RS, [Manuela d'Ávila \(PCdoB\)](#), foi alvo de ataques via campanhas de fake news demonizando sua identidade de esquerda; não escapou desta sanha a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), candidata à prefeitura de São Paulo após ruptura com seus pares de ultradireita. São ataques [diferentes dos recebidos por candidatos machos](#), já que escancaram o caráter misógino das agressões. Muitas foram as que tiveram que enfrentar a impossível tarefa de desconstruir estigmas e falsas notícias espalhadas em apenas [algumas semanas de campanha eleitoral](#).

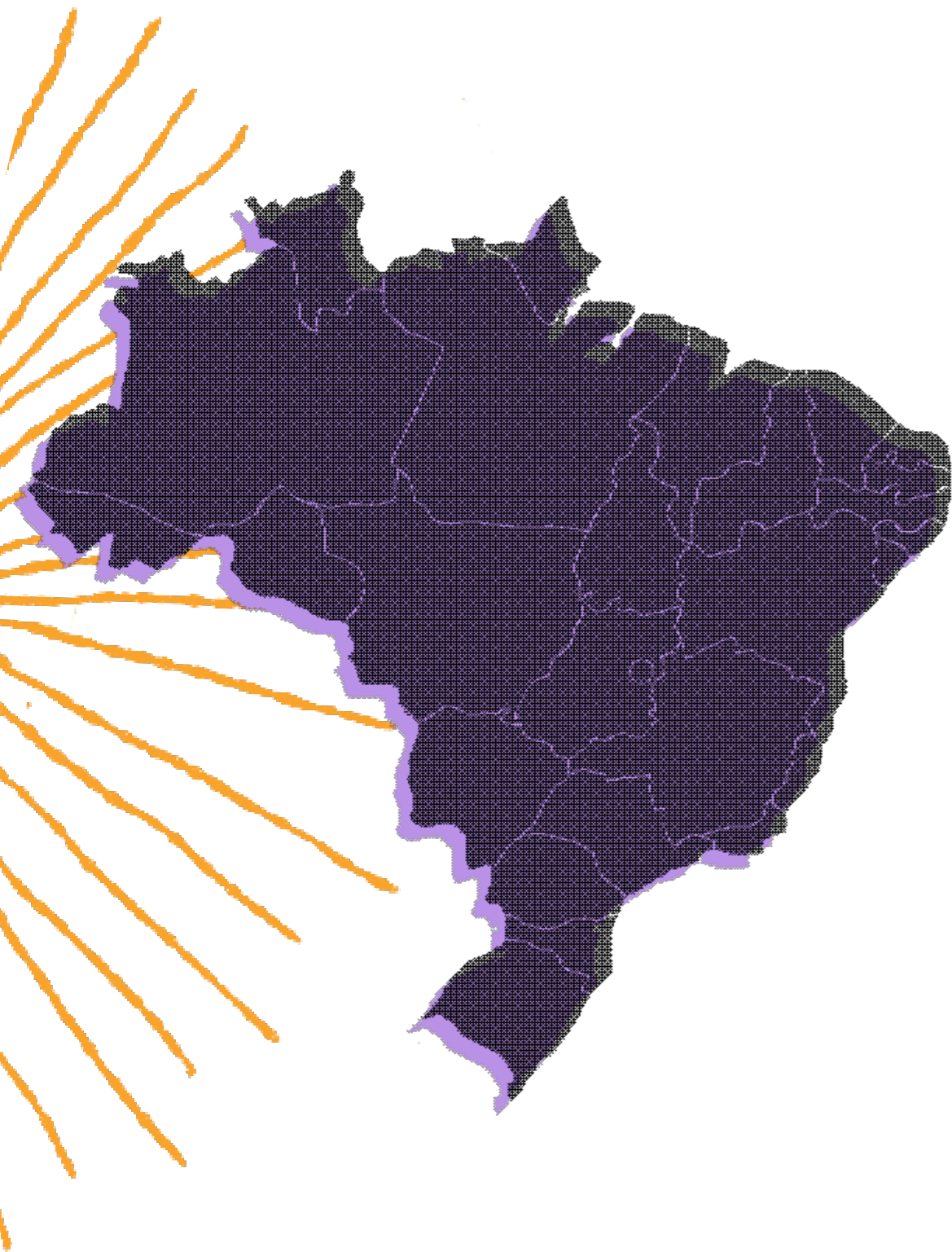
Episódios de racismo foram incontáveis. A violência virtual também prevaleceu contra candidatas negras, foi o que mostrou [o levanta-](#)

[to feito pelo Instituto Marielle Franco](#) com apoio da Terra de Direitos e Justiça Global. Entre as 142 entrevistadas (de 93 municípios, 21 estados e 16 partidos) 78% relataram tal violência no período eleitoral. São ataques que visam calar, amedrontar [“vozes dissonantes”](#). A candidata à prefeitura de Osasco/SP, Simony dos Anjos, [contou](#) de sua experiência ouvindo desde que tinha “cara de merendeira” a “essa tem cara de drogada”, manifestações explícitas de racismo. Ana Carolina Dartora (PT), terceira vereadora mais votada de Curitiba, diz já ter [“perdido as contas”](#) das agressões racistas que tem sofrido.

O número de pessoas trans eleitas em 2020 foi [quatro vezes maior que em 2016](#): com garra, elas estão cada vez mais ocupando espaços de poder para mudar essa realidade. Na madrugada do último 26 de janeiro, três dias antes do Dia da Visibilidade Trans, a vereadora por São Paulo Carolina Lara sofreu um atentado, na Zona Leste da capital.



GIRO PELO BRASIL



Dois tiros foram disparados para dentro de sua casa. Carolina é negra, travesti e vive com HIV. Em poucos dias mais duas parlamentares sofreram ataques, todas de São Paulo.

O exercício dos mandatos são uma tensão constante. Foi o que assistimos com os ataques homo-transfóbicos sofridos pelo deputado federal Jean Wyllys (Pso/ RJ), hoje autoexilado do país. Mais recentemente vemos as ameaças à deputada federal Taliria Petrone (PSOL/ RJ), que anda com escolta.

O machismo cotidiano vai de assédios a assassinatos. Quem nunca ouviu falar de frases lapidares como - “Não voto em mulher, prefiro-as na minha cama”? Parece ter sido o que inspirou o assédio sofrido pela deputada estadual Isa Penna (PSOL/SP), em plena sessão plenária. Em Currálinho, a candidata Leila Arruda (PT/PA) foi assassinada pelo marido.

Ações para conter a violência de gênero na política estão sendo colocados em prática. Às vésperas das eleições municipais de 2020, este problema foi alvo das atenções da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados que reeditou com o apoio do TSE uma campanha de alerta sobre esses tipos de violência, divulgando canais de denúncia. O lançamento

GIRO PELO BRASIL

foi concorrido reunindo praticamente toda a bancada feminina, com falas contundentes, numa demonstração de que o tema agrega representantes de diferentes partidos e tendências.

Também por pressões da Bancada Feminina, a Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro passado o [PL 349/2015](#), que foi remetido ao Senado Federal. O texto prevê prisão para quem assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar candidatas ou eleitas em razão do “sexo feminino, cor, raça ou etnia”, com penas aumentadas se forem gestantes, idosas ou com pessoas deficiência. As mulheres trans, no entanto, ficaram fora do texto.

Uma vez públicas, as denúncias sobre esses ataques permitem o reconhecimento e identificação de outros ataques, e evidenciam a situação de violência neste período sombrio e dramático vivido pelo país, em que as violências contra as mulheres atingem números tão alarmantes. E como vimos, até na vida pública a violência contra as mulheres também pode chegar a extremos. Afinal, seguimos aguardando justiça e resposta para a pergunta:

quem mandou matar Marielle Franco?



artigo

Quais são as populações mais impactadas pelas crises humanitárias?

A Dra. Emanuelle Goes, pesquisadora pós-doc Cidacs da Fiocruz/Bahia, nos convida a refletir sobre o impacto da Covid-19 na vida das mulheres negras. Ela aponta como as desigualdades históricas - e estruturalmente sedimentadas - de raça, gênero, classe e território se justapõem, resultando na exposição às piores consequências impostas por pandemias, como a do coronavírus e a do vírus Zika.

Entretanto o óbvio, expresso ao redor do olhar, não está perceptível para todas as pessoas. Ver em profundidade exige alteridade sobre o que se vê. A naturalização das desigualdades está tão arraigada entre nós, que é preciso falar sobre elas destacada e permanentemente. E é preciso agir ética e politicamente no enfrentamento ao que desumaniza, para barrar a eterna e cumulativa reprodução dessa desumanização. A autora aponta horizontes.

[Leia o artigo aqui!](#)

Não quero engravidar. O que faço?



caixa de
entrada

[A Pesquisa Nascer no Brasil \(Fiocruz – 2014\)](#), feita com quase 24 mil mulheres de 191 municípios, revelou que 55% das que deram à luz, não planejaram a gravidez. Nas adolescentes, este percentual chegou a 66,6%.

Querer ou não querer ficar grávida é um Direito Reprodutivo, que merece especial atenção em situações de emergência sanitária, como nas epidemias do Zika e do coronavírus.

Para prevenir uma gravidez, a melhor opção é o uso de camisinha feminina ou masculina, por ser o único método contraceptivo que também confere proteção contra a transmissão sexual de várias doenças, inclusive do vírus Zika.

Difícil negociar com o parceiro? Tem alergia a látex? Preservativo de outros materiais é caro? Existem outras opções de métodos contraceptivos, entre estas o DIU, o anel vaginal, a pílula anticoncepcional, e outras que podem ser encontradas na listagem que preparamos especialmente para nossas leitoras e leitores. [Acesse aqui](#). Sugerimos que consulte também o Capítulo 11 do manual técnico do Ministério da Saúde ([aqui](#)), direcionado a profissionais de saúde, onde você pode obter informações mais detalhadas.

Se você não deseja engravidar, nem mesmo no futuro, pode optar pela laqueadura, uma cirurgia de esterilização definitiva. Segundo a legislação, esta cirurgia está disponível na rede pública para pessoas com útero com mais de 25 anos ou que já possuem dois filhos. Um recente projeto de lei ([PL 4515/2020](#)),

caixa de entrada

que está tramitando no Congresso, diminui a idade mínima de 25 para 20 anos e acaba com a exigência de ter dois filhos e de pedir o consentimento da/do cônjuge.

Homens e mulheres têm o direito de acesso a preservativos ou outros mé-

todos eficazes aos quais melhor se adaptem; de receber aconselhamento sobre práticas sexuais seguras e também de acessar com facilidade a contracepção de emergência, sempre com informações e aconselhamento precisos. **As dificuldades não são apenas suas.**

Procure informações seguras.



Deixe escapar pelas mãos
Entre os dedos
Aquilo que não se segura
Como água e vento
Deixe escorrer o sumo
Suculento da fruta
Sonho e suas asas
Amor em liberdade
E o que você segura?
A minha mão,
E o reflexo em sua palma
O Espelho.

(Emanuelle Aduni Goes)

CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING
CLIPPING CLIPPING

Neste número trazemos destaques do clipping Aborto, produzido em parceria por Cfemea/SPW, cuja coleção completa você encontra [aqui](#).

Leis sobre aborto na região Argentina, Chile e Honduras em foco

AVANÇO NA ARGENTINA

Em 14 de Janeiro o [presidente Alberto Fernandez promulgou a lei que legaliza o aborto na Argentina](#), aprovada na Câmara e no Senado Federal (30/12/2020). Foi a culminação de décadas de luta feminista, que se ampliou para engajar outros movimentos de mulheres e de juventude. O mundo se impressionou com as ocupações massivas de espaços públicos alcançada por este movimento, que conseguiu capilarizar o debate por todo o país, promovendo verdadeira “descriminalização social do aborto”, com a adesão de outros movimentos sociais, como o de piqueteiros/as. Para saber mais sobre essa trajetória e as lições aprendidas sugerimos dois artigos de protagonistas dessa luta: o de [Josefina Rosales](#) e o de [Maria Alicia Gutierrez e Sonia Corrêa](#). As [comemorações](#) ultrapassaram fronteiras. Houve uma [inspiração regional provocada](#)

[pela “onda verde”](#), com seu [efeito dominó](#), que inspirou a [fala de brasileiras sobre nossa realidade](#). A parte dramática vem direto do Planalto, com nosso (des)governante dando uma [infeliz declaração](#): “se depender de mim e do meu governo, o aborto jamais será aprovado em nosso solo. Lutaremos sempre para proteger a vida dos inocentes!”, no que foi [contestado pela jovem legisladora portenha Ofelia Fernandez](#), contundente ao dizer que Bolsonaro não perde por esperar pois “à força feminista latino-americana no Brasil se soma a fúria por Marielle”. Na Argentina se inicia um previsivelmente árduo trabalho de implementação da Lei 27.610 (que aliás foi aprovada junto com uma lei de atenção à saúde na gravidez e primeira infância/ Lei 27611). Os textos de ambas [podem ser consultados aqui](#). Resistências já se revelam a partir dos sistemas de educação, saúde e de comunicação, além de [barreiras colocadas pelo poder judiciário](#), como ocorreu na província de Chaco. A luta continua para tornar este avanço uma realidade na vida das pessoas que dele necessitam. (Leia [aqui](#) análise de como a mídia brasileira - impressa e digital - tratou esse tema).

EXPECTATIVA NO CHILE

No dia 13 de janeiro o [Congresso chileno começou a discussão sobre projeto de lei, apresentado em 2018, que visa descriminalizar o aborto até 14 semanas de gestação](#). Assim como na Argentina, manifestações contra e a favor do “Aborto livre, seguro e gratuito” ocorreram nas proximidades do Congresso, com incidentes que levaram à intervenção policial. Será uma ferrenha disputa.

HONDURAS REAGE COM “ESCUDO CONTRA O ABORTO”

Em 21 de janeiro, e apenas dez dias após apresentação no Congresso Nacional, pelo partido no governo, foi acatada em primeira votação (88 votos a favor, 28 contrários e sete abstenções), uma emenda que insere na Constituição clausula pétrea que, [uma vez aprovada definitivamente \(prova-](#)

[velmente em 2022\)](#), significará blindagem da lei existente no país, que proíbe totalmente o aborto (até mesmo em caso de incesto, estupro e risco de vida para a gestante). Foi uma reação clara ao ocorrido na Argentina, por parte de um poder local alheio aos dramas da população, com o recrudescimento da pandemia no país, com UTIs lotadas e caravanas de migrantes fugindo para os Estados Unidos: fugindo da miséria de um país onde graça, na impunidade, a corrupção estatal, e onde as [taxas de gravidez na adolescência](#) estão entre as maiores da região. Outra emenda, também aprovada, proíbe o casamento homoafetivo. Grupos feministas se mobilizaram regional e mundialmente para tentar, sem sucesso, impedir esse retrocesso. [Especialistas em direitos humanos das Nações Unidas condenaram](#), em Genebra, as duas emendas. Trazemos [aqui](#) a terrível fala do Presidente do Congresso Nacional de Honduras, Mauricio Olivia Herrera.

podcasts

o boletim indica

#VOZESDECRIOLA

Feitos por mulheres negras, sobre justiça reprodutiva e direito ao aborto; programas que abordam racismo institucional (contra negras e indígenas), violência obstétrica, planejamento reprodutivo, saúde e direitos reprodutivos da população LGBTI+ e outros temas.

ESCUTAR

Episódio #4 - #CatoLaicas

Sobre justiça reprodutiva e direitos das mulheres. Com Fernanda Lopes, do Fundo Baobá.

ESCUTAR

textos

Revista Feminismos v.8 nº3, 2020 (NEIM/UFBA)

destacamos o dossiê “Gênero e Cuidado em tempos de pandemia – reflexões em perspectiva interseccional” (A.M Freire de Lima e Souza e Francisco L. Andrade).

LER

Nuestros Cuerpos, Nuestras Vidas

Tradução para espanhol do emblemático livro da década de 1970, publicado pelo Coletivo de Mulheres de Boston. Pioneiro, é um abrangente guia feminista que introduz a ginecologia autogestionada, tratando de saúde, sexualidade e reprodução de forma didática.

LER

Avaliação das Respostas dos Municípios Mais Afetados pela Covid-19 a Políticas Públicas: saúde, segurança alimentar e violência contra mulheres

Observatório Direitos Humanos, 2020.

LER

videos

Vacinas para Covid-19 no Brasil: tudo o que você queria saber

Live c/ Eduardo Jorge Lima e Melania Amorim.

VER

VER

Existe tratamento precoce para Covid-19?

Até o momento, só a vacina. Não se deixe levar por falsas notícias. Instagram: @hugofernandesbio.

O que Damares deve falar na Comissão de Direitos Humanos da ONU

Mensagem de Astrid Fontenelle

VER

quem faz o boletim

Comissão editorial:

Paula Viana (Grupo Curumim); Laura Molinari (Campanha Nem Presa Nem Morta); Nara Menezes e Gabriela Rondon (Anis); Paula Guimarães e Morgani Guzzo (Portal Catarinas); Leina Peres (Rede Feminista de Saúde); Lia Manso (Criola)

Pesquisa:

Angela Freitas, Leina Peres, Paula Viana, Lia Manso, Carla Batista

Redação

Carla Batista

Edição

Angela Freitas, Natalia Veras

Clipping

Clara Valle

Revisão

Todas

Design e Diagramação

Isabela Avellar